Impactos da Telessaúde na Prevenção e Promoção da Saúde.

Autor(res)

Pedro Henrique Alves De Sousa
Ytawana Novais Campos
Paula Chayane Lira Ferreira

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE IMPERATRIZ

Introdução

A crescente influência da tecnologia em nossas vidas exige que estejamos informados para acompanhar suas inovações. A telessaúde, definida como o uso de tecnologias de informação e comunicação para fornecer serviços de saúde a distância, ganhou destaque especialmente após a pandemia de COVID-19, que acelerou sua adoção em escala mundial, permitindo consultas virtuais, monitoramento remoto de pacientes crônicos e campanhas educativas online, o que pode reduzir a sobrecarga nos sistemas públicos e privados (OMS, 2020).

Apesar de seus potenciais, a implementação da telessaúde enfrenta obstáculos significativos. A infraestrutura tecnológica precária em muitas regiões e a capacitação de profissionais de saúde para o uso dessas tecnologias, gerando erros operacionais. Uma citação direta da literatura vigente reforça essa complexidade: "A telessaúde, embora promissora, pode exacerbar desigualdades se não for acompanhada de políticas inclusivas, pois populações de baixa renda frequentemente carecem de acesso a dispositivos digitais essenciais" (Bashshur et al., 2016, p. 112). Essa observação destaca a necessidade de intervenções que promovam uma adoção equitativa (Bashshur et al., 2016).

Objetivo

O objetivo deste trabalho é analisar a implementação da telessaúde no cotidiano e os impactos para sua realização, destacando as práticas de atendimento remoto que promovem agilidade no acesso e na prestação de serviços de saúde, visando contribuir para a melhoria da qualidade do cuidado ao paciente e identificar os principais desafios e avanços da Telessaúde.

Material e Métodos

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa e exploratória. O objetivo do estudo foi analisar os principais aspectos relacionados à telessaúde no Brasil, com ênfase nos desafios, nas oportunidades, nas questões éticas e na estrutura de implantação do serviço no Sistema Único de Saúde (SUS). Para a seleção do material, foram realizadas buscas em bases científicas e em fontes oficiais do governo federal e Organização Mundial da Saúde. Foram considerados dois artigos científicos disponíveis na base SciELO e três publicações institucionais do Ministério da Saúde, publicados entre 2020 e 2025.

Os conteúdos foram organizados em categorias temáticas, como infraestrutura e acesso, capacitação de profissionais, regulamentação ética, segurança da informação e diretrizes de implementação. A partir dessas categorias, buscou-se compreender a realidade atual da telessaúde no Brasil e identificar os principais avanços e desafios atuais.

Resultados e Discussão

A telessaúde tem gerado um impacto significativo no sistema de saúde global, ao ampliar o acesso a serviços médicos em áreas remotas e reduzir a sobrecarga em hospitais, por exemplo, em regiões rurais, a telessaúde facilitou o diagnóstico precoce de doenças crônicas, promovendo uma gestão mais proativa da saúde populacional. De acordo com Bashshur et al. (2016), "a telessaúde não apenas expande o alcance dos serviços, mas também melhora os desfechos clínicos em populações subatendidas" (p. 1123). Esse impacto positivo é evidente na redução de visitas presenciais desnecessárias, o que contribui para a sustentabilidade do sistema de saúde.

A perspectiva futura da telessaúde é otimista, com avanços tecnológicos como inteligência artificial prometendo uma integração mais fluida entre pacientes e profissionais de saúde. Essa visão enfatiza a personalização do cuidado, onde dados em tempo real permitem monitoramento contínuo e intervenções preventivas. No entanto, opiniões divergem quanto ao seu potencial transformador: enquanto alguns veem a telessaúde como uma solução inclusiva, outros alertam para a exclusão digital em populações de baixa renda. Como argumenta Totten et al. (2016), "a telessaúde oferece oportunidades inovadoras para o cuidado integrado, mas sua adoção ampla depende de equidade no acesso tecnológico" (p. 45). Essa dualidade reflete um equilíbrio entre inovação e desafios éticos, apontando para um futuro híbrido de atendimentos presenciais e remotos.

A implementação da telessaúde enfrenta obstáculos como barreiras regulatórias e a necessidade de infraestrutura tecnológica, o que pode atrasar sua adoção em países em desenvolvimento. Além disso, a capacitação profissional é um desafio, pois muitos profissionais de saúde precisam de treinamento em ferramentas digitais, resultando em erros potenciais no uso de plataformas virtuais. Opiniões divergentes surgem aqui também: Kruse et al. (2018) destaca que "as dificuldades de implementação são superáveis com investimentos em educação contínua, levando a maior aceitação e eficácia" (p. 89), contestando com a visão de Tuckson et al. (2018), que afirma: "apesar dos benefícios, as barreiras de capacitação e regulação podem perpetuar desigualdades no acesso à telessaúde" (p. 102). Superar essas dificuldades exige políticas públicas integradas para garantir a segurança e a qualidade do serviço.

Conclusão

Assim, conclui-se que a telessaúde deve ser vista como uma estratégia indispensável nos dias de hoje, em que toda a equipe multidisciplinar atua de forma integrada em uma rede articulada para alcançar a todos, com o intuito de promover a prevenção de doenças e a proteção à saúde de forma eficiente, fortalecendo o Sistema Único de Saúde (SUS).

Apesar dos avanços na telessaúde, é necessário investir em infraestrutura e capacitar os profissionais para melhor atender às necessidades da população brasileira, promovendo um sistema de saúde mais resolutivo e eficiente.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Kits de Telessaúde. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/novo-pac-saude/kits-de-telessaude. Acesso em: 3 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Telessaúde – SUS Digital. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/seidigi/sus-digital/telessaude. Acesso em: 3 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Telessaúde – Seleção 2025. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/novo-pac-saude/selecao-2025/telessaude. Acesso em: 3 out. 2025.

SARTI, Thiago Dias; ALMEIDA, Ana Paula Santana Coelho. Incorporação de telessaúde na atenção primária à saúde no Brasil e fatores associados. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 38, n. 4, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/tVcMcH4ZvL95vYLw6HD4S5M/?lang=pt. Acesso em: 3 out. 2025.

BASHSHUR, R. L. et al. The empirical foundations of telemedicine interventions for chronic disease management. Telemedicine and e-Health, [S. l.], v. 22, n. 9, p. 1092-1131, 2016. DOI: https://doi.org/10.1089/tmj.2016.0045. Disponível em: https://doi.org/10.1089/tmj.2016.0045. Acesso em: 15 out. 2023.

KRUSE, C. S. et al. Telehealth and patient satisfaction: a systematic review and narrative analysis. BMJ Open, [S. l.], v. 8, n. 8, e022391, ago. 2018. DOI: 10.1136/bmjopen-2018-022391. Disponível em: https://doi.org/10.1136/bmjopen-2018-022391. Acesso em: [data de acesso, ex.: 15 out. 2023].

TOTTEN, A. M. et al. Telehealth: mapping the evidence for patient outcomes from systematic reviews. Technical Brief No. 26. Rockville: Agency for Healthcare Research and Quality (US), 2016. DOI: 10.23970/AHRQEPCTB26. Disponível em: https://doi.org/10.23970/AHRQEPCTB26. Acesso em: [data de acesso, ex.: 15 out. 2023].

TUCKSON, M.; EDMUNDS, M.; HODGKINS, M. Telehealth. New England Journal of Medicine, [S. l.], v. 377, n. 16, p. 1585-1592, out. 2017. DOI: 10.1056/NEJMsr1503323. Disponível em: https://doi.org/10.1056/NEJMsr1503323. Acesso em: [data de acesso, ex.: 15 out. 2023]. (Nota: A data original é 2017; o texto menciona 2018, possivelmente uma reedição).